



ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

Trajectórias de Mulheres Imigrantes em Portugal

WALL, Karin

Doutorada em Sociologia

Investigadora Principal no Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

karin.wall@ics.ul.pt

NUNES, Cátia

Licenciada em Psicologia Social e das Organizações (ISCTE)

Bolseira de Investigação no Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

catia.nunes@ics.ul.pt

MATIAS, Ana Raquel

Licenciada em Sociologia (ISCTE), Estudante de Doutoramento - INED-Paris / CIES-ISCTE

raquel.matias@ined.fr

Resumo

A literatura existente tem privilegiado uma perspectiva masculina dos trajectos migratórios, considerando o homem como o principal *breadwinner* e a mulher enquanto membro dependente do agregado familiar. No entanto, novos padrões migratórios indicam-nos que um número crescente de mulheres emigra de forma independente, sendo que, nalguns casos, a mulher é o elemento pioneiro de estratégias migratórias de natureza familiar.

Apresenta-se neste texto os resultados de um estudo sobre os três principais grupos de mulheres imigrantes em Portugal: cidadãs brasileiras, cabo-verdianas e ucranianas. Foi possível identificar dois principais padrões migratórios: mulheres integradas num projecto familiar e mulheres que migram sozinhas. A partir desta divisão, vários tipos de trajectos podem ser distinguidos ao analisarmos os percursos das entrevistadas.

Palavras-chave: IMIGRAÇÃO, MULHERES, TRAJECTÓRIAS, PERCURSOS





Introdução

A importância das mulheres nos movimentos migratórios contemporâneos é hoje um dado adquirido na sociologia das migrações. Na Europa Ocidental vivem actualmente cerca de vinte milhões de estrangeiros (5,1% do total da população residente), dos quais metade são mulheres (Wenden, 2005). Em Portugal, as mulheres representam 54% da população estrangeiraⁱ, uma proporção que tem vindo a crescer ao longo das últimas décadas.

Apesar do aumento da imigração feminina, pouco se sabe sobre os projectos e os percursos actuais das mulheres migrantes. Todos os estudos destacam, principalmente no passado mas ainda no presente, o percurso “familiar” em que o homem emigra primeiro e a mulher e os filhos depois, por vezes ao fim de vários anos e somente quando estão garantidas as condições mínimas de subsistência para o agregado familiar.

No entanto, também é sabido que nem todas as mulheres se incluem neste tipo de percurso e que a imigração feminina está em mudança. Os estudos sobre mulheres migrantes desenvolvidos a partir dos anos 80 vieram introduzir um novo olhar sobre as características da imigração feminina: a presença de mulheres solteiras e jovens e não só de mulheres casadas; a participação intensa no mercado de trabalho de muitas mulheres que imigram ao abrigo do reagrupamento familiar; a diversidade do lugar das mulheres em função da idade, da cultura de origem, dos motivos de emigração (e.g. Kofman, 1999; Morokvasic, 1983, 1984; Phizacklea, 1983).

Mais recentemente, vários autores analisam o impacto da globalização e das mudanças demográficas e sociais na Europa, mostrando que o recrutamento de trabalhadores para certos sectores de serviços – cuidar de idosos e de crianças, serviços domésticos, enfermagem, restauração – tem reforçado o apelo a fluxos contínuos e intensos de imigração feminina (e.g. Anthias e Lazaridis, 2000; King, 2000; Mahler, 1999; Parreñas, 2001, 2005; Phizacklea, 2003). É nesse sentido que Hochschild identifica a existência de *cadeias globais de cuidados*, referindo-se através deste conceito a uma globalização crescente dos cuidados, protagonizada por mulheres (embora não em exclusivo) de diferentes continentes, idades e gerações (Hochschild, 2000).

Tendo em conta este novo contexto de imigração feminina, procura-se neste texto identificar, na sua diversidade actual, as principais trajectórias das mulheres migrantes em Portugal, olhando apenas para as mulheres inseridas em fluxos migratórios *laborais*. Partindo de uma aproximação teórica centrada no *percurso de vida* (Elder, Johnson e Crosnoe, 2003) como objecto central de análise, efectuámos entrevistas em profundidade a 32 mulheres imigrantes de primeira geração e de três nacionalidades: brasileira (12), ucraniana (9) e cabo-verdiana (12)ⁱⁱ.

Para captar as trajectórias de migração e a sua relação com outras trajectórias (escolar, familiar, profissional, residencial), o estudo qualitativo focou várias dimensões do percurso de vida e dos momentos migratórios. Entre elas, destacam-se: a biografia familiar, entre a família de origem e a actual família; as trajectórias de educação, de actividade profissional e de mobilidade geográfica antes de vir para Portugal; os acontecimentos que precederam a emigração e as razões para emigrar; as condições de partida e chegada e o projecto de imigração; a situação actual em Portugal (legalização, trabalho, residência, família



e redes de apoio) e a avaliação subjectiva da experiência de imigração, incluindo o confronto entre o projecto migratório inicial e actual, bem como as expectativas relativamente ao futuro.

Principais trajectórias de migração feminina

A partir da análise de conteúdo das entrevistas em profundidade, em particular da reconstituição do percurso e dos significados da migração, foi possível agrupar as mulheres em sete tipos de trajectória. Num primeiro momento, encontrámos dois grandes perfis de mulheres migrantes: as que têm um projecto de migração individual e imigram sozinhas ou apenas com o(s) filho(s) (*percurso migratório feminino autónomo*); e aquelas que se integram num projecto de migração familiar, imigrando quer em simultâneo com o marido/companheiro, quer antes ou depois (*percurso migratório familiar*). Num segundo momento, identificámos uma variedade de trajectórias distintas no interior de cada perfil. São sete retratos qualitativos em que procuramos descrever os traços característicos de cada tipo de trajectória, baseando-nos sempre em casos (percursos de vida) que ilustram, de forma sucinta, cada tipo.

1. Percurso migratório autónomo

No que diz respeito ao percurso migratório autónomo, foi possível identificar três tipos de trajectória.

1.1 Trajectória autónoma “*Poupança intensa a curto prazo*”

Incluem-se neste tipo de trajectória as mulheres imigrantes que têm um projecto migratório a curto prazo e bem definido no tempo – regressar ao fim de três ou quatro anos -, sendo o principal objectivo ganhar (e poupar) o mais possível durante a estadia. O dinheiro destina-se a garantir o sustento dos filhos menores que ficaram no país de origem, a construir ou renovar uma casa, a pagar uma dívida ou despesa avultada ou, ainda, a financiar os estudos de um dos filhos. Para conseguir poupar intensivamente, estas mulheres fazem longas horas de trabalho, recorrendo se necessário a estratégias de duplo ou mesmo triplo emprego, e gastam o menos possível no alojamento e nas despesas do dia à dia. Os serviços domésticos e de prestação de cuidados (internos), em que o alojamento é garantido e gratuito à partida, são, por isso, um dos sectores mais procurados por estas mulheres. É também frequente, sobretudo na imigração feminina brasileira, a mulher imigrante quando chega vir substituir uma outra mulher sua conhecida, estabelecendo-se desta forma uma cadeia ininterrupta de trabalho que evita, do ponto de vista das imigrantes, a perda de tempo na procura de emprego e de alojamento. A urgência do regresso, a necessidade de poupar e o sofrimento associado à ausência dos filhos marcam sempre o quotidiano destas mulheres.

Sendo o traço aglutinador do grupo o facto de estas mulheres terem um projecto autónomo de imigração centrado numa estadia curta e de poupança intensa, os seus retratos sociológicos podem ser ligeiramente diferentes, como ilustram os exemplos seguintes. O caso mais típico parece ser o das **mães só solteiras ou separadas/divorciadas**, geralmente jovens (entre os 20 e os 35 anos), que deixam os filhos pequenos no país de origem. Mas também surgem no contexto desta trajectória casos de **mulheres casadas**, um pouco mais velhas, que deixam filhos adolescentes ou adultos jovens e o marido no país de origem. Vejamos as trajectórias de duas mulheres que exemplificam estas situações.



Mãe só solteira

Neuza é uma imigrante brasileira de 23 anos, mãe solteira, e chegou a Portugal em 2005. Deixou uma filha, na altura com seis meses, ao cuidado da mãe, a qual também cuida de um neto de oito anos, filho de uma irmã de Neuza (também mãe só solteira, em Portugal há três anos, e a primeira da família a emigrar). Neuza frequentou a escola sem completar o ensino secundário e começou a trabalhar cedo: primeiro na Prefeitura da sua cidade enquanto auxiliar de saúde, depois como vendedora numa loja. Quando ficou desempregada, decidiu começar a fazer artesanato (bonecas de *croché*) que vendia na rua, e era isso que fazia quando engravidou. O companheiro, trabalhador da construção civil, também estava desempregado e vivia em casa dos pais; nunca chegaram a viver juntos ou a projectar uma vida em comum, embora dormissem de vez em quando em casa ora de um, ora de outro. Muito antes da sua filha nascer, Neuza percebeu que tinha poucos meios para se sustentar a si e à filha e começou a planear a vinda para Portugal com a ajuda da irmã. Emigrou com a garantia de um lugar de empregada doméstica interna, a cuidar também de uma pessoa idosa dependente, vindo substituir nessa mesma casa uma amiga brasileira da irmã que emigrou para França para se juntar ao companheiro. As duas mulheres ainda trabalharam juntas durante uma semana, tornando assim mais fácil a mudança no posto de trabalho. Neuza não se encontrava legalizada na altura da entrevista e pretendia ficar em Portugal durante três anos. Durante o primeiro ano tem de saldar a dívida que contraiu para pagar a viagem; nos dois anos seguintes quer poupar para construir uma casa no Brasil (acrescentando um andar, para ela e a filha, à casa da mãe). Desta forma, Neuza vê a estadia em Portugal como uma maneira de alcançar um objectivo (ter casa própria) que no Brasil não conseguiria realizar, para além de conseguir sustentar a filha à distância (N. envia remessas para o Brasil todos os meses para ajudar a mãe com as despesas). O que mais lhe custa é “perder” os primeiros anos de vida da filha, por isso deseja poupar muito e depressa para não ficar cá mais tempo do que o previsto. À noite, gosta de fazer bonecas de *croché*, mas tem medo de gastar muito dinheiro na compra de linhas. Além disso, “as linhas de cá são diferentes das de lá”, dando às saias das bonecas um aspecto menos bonito. Quando tem algum tempo livre, vai ter com a irmã, também empregada doméstica, e é este apoio e convívio que a ajuda a aguentar o dia-a-dia.

Mãe casada

Lúcia é uma imigrante de nacionalidade brasileira com 44 anos de idade que emigrou para Portugal em 2001. No Brasil vivia com o marido e uma das duas filhas adultas que tem problemas graves de saúde. A ideia de emigrar surgiu da sua vontade de ganhar dinheiro para pagar uma intervenção cirúrgica de que a filha precisava; depois de estar cá, também quis aproveitar para poupar algum dinheiro (queria ter um pé de meia na altura do regresso e, eventualmente, fazer obras em casa). Em Portugal, Lúcia tinha uma amiga que a recebeu em sua casa e a ajudou a procurar o primeiro emprego. Começou por trabalhar como empregada de limpeza num supermercado, fazendo os turnos da noite. Depois aceitou tomar conta de uma pessoa idosa com Alzheimer, mantendo assim dois empregos e trabalhando das 10h às 17h a cuidar da pessoa idosa e da meia-noite às 6 da manhã no supermercado. Foi através do emprego de prestação de cuidados que Lúcia conseguiu um contrato de trabalho e legalizou a sua situação (autorização de permanência). Lúcia descreve a sua vida em Portugal como muito centrada no dia à dia de trabalho, com poucos contactos para além da amiga e das pessoas com quem trabalha. Já conseguiu pagar a operação da filha e poupar algum dinheiro, por isso pensa regressar ao Brasil muito em breve. De facto, ao contactarmos de novo a empregadora de Lúcia no início de 2006, soubemos que tinha voltado para o Brasil e que já estaria a fazer



obras na casa. Antes de partir, Lúcia contactou uma outra amiga no Brasil que a veio substituir no trabalho de prestação de cuidados.

1.2 Trajectória autónoma “*Vida nova a longo prazo*”

As mulheres imigrantes neste tipo de trajectória não pensam na poupança e no regresso a curto prazo. O principal objectivo da emigração é conseguir ter “uma vida nova” e instalar-se no país de acolhimento a longo prazo. A ideia de “uma vida nova” refere-se à possibilidade de encontrar trabalho e de ter um salário bom que permita aceder a melhores condições de vida para si e, quando os têm, para os filhos dependentes. No entanto, principalmente no caso das mulheres imigrantes divorciadas, é também referida a esperança de vir a refazer a vida conjugal, encontrando um novo companheiro/marido em Portugal. O regresso ao país de origem não é posto de lado mas é encarado como uma possibilidade distante e pouco desejável, muito associado ao falhanço do projecto migratório.

As mulheres incluídas neste tipo de trajectória são em geral **mulheres solteiras sem filhos** ou **mulheres divorciadas/separadas que imigram com os filhos**, sendo em geral bastante jovens na altura da emigração. No entanto, também se encontrou o caso de uma mãe só solteira com um filho no país de origem e outro filho nascido em Portugal. A intenção inicial era trazer o primeiro filho ao fim de algum tempo, mas vários acontecimentos – sobretudo a falta de rendimentos mas também a passagem por uma nova relação conjugal e o nascimento de um segundo filho - foram adiando e desfazendo, a pouco a pouco, esse objectivo.

Mulher solteira sem filhos

Dalila é uma imigrante de 31 anos de idade, natural da cidade de Marcelino Vieira, onde viveu até aos 14 anos de idade, mudando-se depois para a cidade de Natal. Vem de uma família de 6 irmãos. A sua mãe tem o ensino primário e sempre foi dona de casa e o seu pai não chegou a estudar e trabalhava em várias fazendas, cuidando de gado. Dalila não chegou a concluir o ensino secundário, embora o tenha frequentado. Em Natal, trabalhou como vendedora numa empresa e depois enquanto locutora numa rádio local, onde esteve durante 6 meses, até esta fechar. Foi nesta altura, quando se encontrava desempregada, que decidiu seguir os passos de uma irmã mais velha e emigrar. Sabia que podia arranjar emprego facilmente e esperava ter uma vida melhor e diferente, ganhando mais do que no Brasil. Assim, em 2002, Dalila (com 28 anos) veio para Lisboa substituir a irmã como empregada doméstica numa casa particular. Teve de voltar para o Brasil ao fim de 6 meses porque o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras obrigou-a a abandonar o país quando caducou o visto de turismo. Regressou pouco depois, desta vez fazendo a viagem de avião para Madrid e entrando em Portugal de autocarro. Durante três anos trabalhou como empregada doméstica (interna), tomando também conta da esposa doente do seu patrão. Depois passou a trabalhar como empregada doméstica à tarde, e de manhã como ajudante a tempo parcial no atendimento ao público numa farmácia. Actualmente trabalha da parte da manhã num café como empregada de balcão. Com estes dois empregos e sem nenhum dia completo de folga, Dalila consegue ganhar por mês cerca de 840 euros (tem um contrato de trabalho no seu emprego como empregada doméstica e foi através deste que conseguiu obter um visto de trabalho, na altura do denominado “Acordo Lula”). Em 2005 adquiriu casa própria, comprada juntamente com o novo companheiro, um cidadão português, de 29 anos de idade, militar de profissão. Dalila sente-se bem em Portugal e não pensa regressar ao Brasil, pelo menos enquanto “as coisas estiverem a correr bem”. Quando



pode enviar algum dinheiro para a sua conta no Brasil. Contacta frequentemente a família no Brasil, mas menos do que no início da sua estadia.

1.3 Trajectória autónoma – “em *ioiô*”

As mulheres imigrantes neste tipo de trajectória revelam características muito específicas: pobreza extrema na infância, entrada precoce no mercado de trabalho, elevada mobilidade laboral no seio familiar, mobilidade geográfica frequente como uma forma de procura individual e constante pela sobrevivência. São contextos de exclusão social onde se espera que cada indivíduo sobreviva sozinho, e em que a procura de trabalho e de sustento se pode associar desde cedo à migração entendida como um modo de vida (e não tanto como uma solução para certos acontecimentos ou problemas da vida). No contexto das migrações internacionais na Europa, as mulheres migrantes neste tipo de trajectória são geralmente solteiras e jovens e movem-se na procura de melhores condições de trabalho e de vida, mudando frequentemente de país ou viajando constantemente entre o país de origem e diferentes países de destino – por outras palavras, tendo um percurso migratório em *ioiô*.

Bia tem 44 anos e nasceu no estado de Sergipe. Vem de uma família extremamente pobre e com muitos (13) filhos, onde a sobrevivência depende, desde cedo, da capacidade das crianças em encontrar trabalho, migrando se necessário sazonalmente ou de forma mais permanente. Quando os pais, ambos analfabetos, se separaram, Bia foi viver com a mãe (‘mulher a dias’) para uma favela na periferia de São Paulo. Começou a trabalhar aos 13 anos, como empregada doméstica e *babysitter*, e alguns anos depois migra para o Rio para trabalhar num hotel. Os seus trajectos migratórios passaram por múltiplos destinos, primeiro dentro do Brasil, depois entre o Brasil e a Europa (do Rio para a Suécia, de volta para o Rio, depois para São Paulo e mais tarde para Fortaleza, daí para Portugal, de novo para São Paulo, depois para a Itália, de novo para Portugal, para a Itália mais uma vez, e depois para Portugal, onde está actualmente); tudo isto ao longo de um período de mais de 25 anos. Tanto no Brasil como nos vários países por onde passou e viveu durante algum tempo, Bia trabalhou quase sempre como empregada doméstica e de limpeza, tendo também alguma experiência de trabalho em restaurantes, principalmente como ajudante de cozinha. A primeira vez que esteve em Portugal, em 1992, foi trazida por uma família portuguesa com crianças pequenas que conheceu no Brasil e para a qual veio trabalhar como empregada doméstica. No entanto, como não lhe pagavam um salário, rapidamente deixou este emprego e conseguiu um trabalho como empregada de limpeza nas obras da Expo’98. Foi aí que obteve uma autorização de residência (processo de regularização extraordinária) e foi também nesta altura que Bia teve a filha, fruto de uma relação com um imigrante guineense. Depois do nascimento da filha Bia passou a trabalhar como empregada de limpeza numa empresa de electrodomésticos. Era difícil trabalhar e cuidar da filha ao mesmo tempo e o salário não chegava para cobrir as despesas. Decidiu por isso regressar ao Brasil onde podia contar com a ajuda da família para cuidar da criança enquanto trabalhava. Ficou durante alguns anos em São Paulo, depois decidiu “tentar a sua sorte” na Europa mais uma vez, aceitando uma proposta para vir trabalhar como empregada doméstica numa família italiana. Fica pouco tempo em Itália (cinco meses), depois decide voltar a Portugal para encontrar o pai da filha, para que juntos tentem trazê-la legalmente para Portugal. Durante um ano trabalha como empregada doméstica interna, depois vai para Itália novamente, onde trabalha durante algum tempo como empregada de um restaurante; mas acaba por regressar a Portugal quando sabe que a filha tem autorização para vir. Conheceu, entretanto, o seu actual companheiro. Neste momento vive na zona de Lisboa com a filha e o companheiro, um cidadão



inglês. Trabalha como empregada doméstica numa casa particular, das 14h às 20h, e durante as manhãs em mais três casas. Bia não conseguiu renovar a autorização de residência que tinha recebido em 1993, encontrando-se por isso em situação irregular. No entanto, espera conseguir obter a nacionalidade portuguesa para a filha, já que o pai reside em Portugal há mais de 10 anos, e resolver a seguir a sua situação. Está confiante relativamente ao futuro de ambas em Portugal; é um futuro que não passa pelo regresso ao Brasil, mas talvez por uma nova migração de novo para Itália.

2. Percurso migratório familiar

No que diz respeito ao percurso migratório familiar, foi possível identificar quatro tipos de trajectória:

2.1 Trajectória familiar “clássica, à procura de uma vida melhor para a família”

As mulheres imigrantes neste tipo de trajectória são casadas ou vivem em união de facto e seguem uma trajectória migratória *clássica* de reagrupamento familiar em que o marido ou companheiro é o primeiro elemento da família a emigrar. O processo de reagrupamento familiar poderá ser formal, quando o pedido tem lugar um ano após o marido/companheiro estar a residir legalmente no paísⁱⁱⁱ, mas poderá ser também informal, quando a mulher viaja com um visto de turismo, sem requerer legalmente o reagrupamento familiar ou fazendo-o apenas algum tempo depois da chegada.

De um modo geral, estas famílias imigrantes procuram trabalho, melhores rendimentos e melhores condições de vida a longo prazo. No entanto, é importante distinguir os casais que já **trouxeram os filhos** daqueles que, encontrando-se ainda numa situação económica instável ou prevendo outros problemas (difícil integração escolar das crianças, difícil legalização), preferiram **deixar os filhos menores** com os avós no país de origem. Neste último caso, verifica-se alguma hesitação relativamente à duração da estadia. Isto é, apesar de iniciarem um projecto de longo prazo, a imigração nestes casais que deixam os filhos no país de origem será apenas compatível com uma estadia mais definitiva se a integração económica e social for particularmente bem sucedida. A ideia de regressar a casa é, por isso, constantemente repensada, tornando-os mais atentos à mudança de oportunidades no país de origem. É uma incerteza que se encontra sobretudo nas famílias ucranianas, porque esperam que a crise económica no país de origem seja temporária. No caso das famílias cabo verdianas, emigrar significa sempre ficar em Portugal, se não para sempre, pelo menos ao longo da vida activa.

Os próximos retratos ilustram dois percursos clássicos de migração familiar, de famílias que se encontram em fases ligeiramente diferentes da trajectória de migração. No primeiro caso, de uma mulher imigrante ucraniana que chegou a Portugal há menos de dois anos, as condições legais e de trabalho ainda não estão suficientemente estabilizadas para que seja possível pensar em desenraizar o filho de dez anos. No segundo caso, de uma mulher imigrante cabo-verdiana que chegou a Portugal em 1994, o casal decidiu há muito que ficava em Portugal. Também começaram por deixar os filhos em Cabo Verde, não tanto por razões de incerteza quanto à estadia a longo prazo em Portugal mas sobretudo para que fosse mais fácil a mulher conciliar o trabalho e a vida familiar; mas ao fim de quatro anos a família já estava toda reunida em Lisboa.



Mulher casada, filho na Ucrânia

Tatiana é uma imigrante ucraniana de 25 anos, casada, que chegou a Portugal em 2004. O pai foi o primeiro da família a emigrar, em 2000, e o marido veio pouco depois, em 2001. Antes da emigração, a família tinha problemas económicos graves. O pai tinha sido reformado compulsivamente aos 45 anos com uma pensão muito baixa (60 euros) e o marido, embora empregado (polícia), também auferia um salário baixo (100 euros). Como muitas outras famílias na Ucrânia nessa altura, viram na emigração uma solução para conseguir assegurar o sustento da família. Na altura, Tatiana estava a acabar o curso de Fisioterapia. Depois conseguiu empregar-se e, embora auferisse um salário muito baixo, esteve durante dois anos a trabalhar como fisioterapeuta numa clínica. Por isso esperou que o marido estivesse legalizado e veio para Portugal através do processo de reagrupamento familiar, com um visto de estada temporária, mas deixando o filho, de 10 anos, ao cuidado da mãe (doméstica). Pensava que poderia trabalhar legalmente, tendo ficado surpreendida pelo facto de o “reagrupamento” não lhe dar o direito de trabalhar. Tatiana teve uma entrada no mercado de trabalho português ilegal e difícil: trabalhou primeiro num café, onde foi vítima de assédio sexual por parte do dono; seguidamente num lar de idosos, onde foi vítima de violência física por se recusar a exercer funções de enfermagem; e posteriormente numa instituição pública enquanto empregada de limpeza (trabalhou ilegalmente, sempre à espera de uma resposta da Inspeção Geral do Trabalho à promessa de contrato de trabalho que lhe foi feita pela entidade empregadora). Antes da chegada da resposta, Tatiana conseguiu encontrar trabalho como fisioterapeuta num hospital. Esta mudança fê-la pensar com mais confiança no futuro da sua família em Portugal; ainda assim, hesita em trazer o filho por ele está bem integrado na escola na Ucrânia. Tanto ela como o marido estão à espera de melhorar as suas condições de estadia em Portugal, nomeadamente através da obtenção de títulos de residência, antes de decidirem se trazem o filho para Portugal.

Mulher casada, filhos em Portugal

Dulce é uma mulher de nacionalidade cabo-verdiana de 37 anos e vive em união de facto com António. Pedreiro de profissão, António veio trabalhar para Portugal no fim dos anos oitenta e já estava cá legalmente há alguns anos quando conheceu Dulce durante umas férias em Cabo Verde. Tiveram um primeiro filho e António quis trazer a mulher e o filho mas vivia num quarto num bairro degradado e ganhava pouco. Depois de nascer o segundo filho, António e Dulce decidiram que ela viria sozinha, deixando os dois filhos a cargo da mãe, para poder trabalhar a tempo inteiro e conseguirem assim alugar uma casa melhor. Dulce chegou em 1994. Através de contactos com outros imigrantes cabo verdianos arranjou logo trabalho como empregada de limpezas numa fábrica. Pouco tempo depois, o casal alugou um pequeno apartamento, já fora do bairro. É onde residem hoje, juntamente com os quatro filhos (com idades compreendidas entre os 2 e os 13 anos), dois dos quais já nascidos em Portugal, e os dois mais velhos que chegaram em 1998. Dulce deixou a fábrica, onde o trabalho era muito duro, e trabalha agora para uma empresa de serviços de limpeza (fazendo dois turnos, da 7h às 11h e das 18h às 21h); ganha o salário mínimo. Para conseguir gerir o trabalho por turnos e o cuidado dos filhos Dulce conta com o apoio do filho mais velho: de manhã, é ele que leva os irmãos para a creche e a escola; ao fim da tarde está em casa quando a mãe sai para o trabalho. Dulce e António gostariam de ter uma casa melhor mas as rendas são demasiado elevadas e os salários baixos. Quanto ao futuro, pensam talvez voltar para Cabo Verde na altura da reforma.



2.2 Trajectória familiar – “ *A Mulher Primeiro, uma vida melhor para a família*”

Incluem-se neste tipo de trajectória mulheres imigrantes casadas ou em união de facto que são os primeiros elementos da família a emigrar. Procuram um país de acolhimento que lhes proporcione emprego e rendimentos para assegurar a sobrevivência e uma vida melhor para a família. Ao contrário da trajectória “clássica”, o marido/companheiro emigra mais tarde, depois da mulher ter reunido as condições mínimas de estabilidade económica.

São talvez dois os factores que mais contribuem para que seja a mulher, e não o homem, o membro da família a iniciar a emigração. Em primeiro lugar, o facto de existir um nicho de mercado de trabalho (serviços domésticos e prestação de cuidados) destinado exclusivamente à mão-de-obra feminina. As famílias que procuram empregadas domésticas e cuidadores de idosos e de crianças querem mulheres, de preferência que falem português. As cadeias de chamamento e de trabalho que se constroem são, por isso, geridas e organizadas no feminino. Em segundo lugar, o facto de estas mulheres já serem, nas famílias de origem e nos contextos de precariedade económica e social onde viveram ao longo da vida, elementos chave enquanto provedoras da família. Desse ponto vista, a emigração vem reactivar, mais do que criar, um papel feminino centrado na autonomia e no trabalho da mulher enquanto elemento indispensável para assegurar a sobrevivência individual e familiar.

Antónia é uma imigrante de 41 anos, casada e com duas filhas, e vivia na cidade do Pará no Brasil. Vem de uma família de 16 irmãos e irmãs e a sua infância foi maioritariamente vivida numa favela. Os seus pais tinham poucos recursos económicos e nunca chegaram a frequentar a escola. Antónia frequentou a escola apenas durante alguns meses. Começou desde os 7 anos a tratar dos irmãos mais novos e a fazer tarefas domésticas e tinha 13 anos quando se empregou. Primeiro trabalhou como empregada doméstica, depois numa plantação de café, e mais tarde, depois de casar, numa fábrica. Teve vários períodos de desemprego, e nessas alturas vendia roupa. Foi sempre habituada a trabalhar e a contribuir, por vezes enquanto ganha-pão principal, para o sustento da família. Quando decidiu emigrar, ela e o marido estavam desempregados e tinham um problema familiar grave, relacionado com uma das filhas que estava ‘metida na droga’. A ideia de ajudar a filha e de procurar melhorar a situação económica da família levam Antónia a imigrar para Portugal, juntamente com a filha, em 2002. Em Lisboa não tinha familiares nem amigos, mas já sabia que seria fácil encontrar trabalho como empregada doméstica. Através de um anúncio que colocou num jornal conseguiu, duas semanas depois de chegar, começar a trabalhar como empregada doméstica. Actualmente, Antónia tem três empregos e conseguiu legalizar a sua situação (visto de trabalho): durante a manhã trabalha numa farmácia como empregada de limpeza, da parte da tarde trabalha como empregada doméstica em várias casas e também como ajudante de cozinha num restaurante. Não tem nenhum dia de folga e consegue ganhar cerca de 1200 euros. Em 2004, como a vida estava a correr bem em Portugal, o marido, a outra filha (uma jovem mãe divorciada) e o neto partem também para Portugal, vendendo a casa da família para fazer face às despesas da viagem. O marido de Antónia conseguiu arranjar trabalho numa oficina em Santarém, não tendo, no entanto, a sua situação regularizada; o casal vê-se de 15 em 15 dias. A filha mais velha trabalha como empregada de mesa num café, ainda em situação irregular. Antónia não tem intenções de regressar ao Brasil e deseja comprar uma casa em Lisboa.



2.3 Trajectória familiar – “*Imigração a dois e uma vida melhor a longo prazo*”

A imigração “a dois” implica que o casal não só decide e planeia o projecto migratório em conjunto como também migra ao mesmo tempo. Ao contrário das trajectórias anteriores de migração familiar, em que um dos cônjuges vai à frente e prepara a vinda da família, estes casais procuram estar juntos em todos os momentos do percurso migratório. Recusam assim a lógica de separação conjugal temporária inerente ao processo de reagrupamento familiar. Do ponto de vista da família, este tipo de trajectória encontra-se relacionado com as mudanças contemporâneas na divisão conjugal do trabalho e nos valores da família. São casais jovens que procuram uma divisão partilhada do trabalho pago e não pago na família e que, face à situação de emigração, são partidários de um companheirismo familiar em que o casal e os filhos devem estar juntos e reunidos o mais rapidamente possível. O projecto migratório surge assim centrado não só na procura de emprego para ambos mas também na integração rápida de toda a família na sociedade de acolhimento.

Piatachoc é uma imigrante ucraniana de 30 anos com um curso técnico. Perante uma situação económica difícil, ela operária de nível médio de qualificação mas com baixo salário e o marido (serralheiro) desempregado, emigram conjuntamente, primeiro para a Polónia e depois para a República Checa – tentativas que não deram certo. Contactam com uma agência de viagens na Ucrânia (que tem contactos de trabalho em vários países da União Europeia) e decidem então vender a casa e emigrar para ‘recomeçar a vida’. A conselho da agência, planeiam o seguinte percurso migratório: ela para Itália, onde sabiam ser mais fácil encontrar um trabalho nos serviços domésticos, e ele para Espanha onde seria mais fácil encontrar um trabalho na construção civil. O autocarro que supostamente o iria deixar a ele em Espanha parou em Lisboa, e em Lisboa este imigrante ficou. O casal acabou por se reunir pouco tempo depois, uma vez que Piatachoc não se adaptou à vida na Itália (Napóles), apesar de ter conseguido arranjar emprego. Assim, em 1999, encontram-se ambos em Portugal, e trabalham inicialmente no Algarve, na apanha de fruta por 6 meses, na esperança de conseguir um contrato de trabalho que lhes permitisse a obtenção de um visto. Como tal não aconteceu, decidem procurar trabalho em Lisboa. No final de 2000, Piatachoc consegue um contrato de trabalho como empregada de limpeza, e posteriormente o seu marido também, trabalhando como serralheiro mecânico numa oficina. É a partir destes contratos que no ano de 2001 conseguem obter a primeira autorização de permanência. Já legalizados e com empregos estáveis, decidem então trazer a filha, de 11 anos, para Portugal. Na altura da entrevista, não previam um regresso ao país de origem, e demonstravam-se preocupados e empenhados na integração escolar da filha, estando os três a frequentar um curso de português.

2.4 Trajectória familiar – de casais “*prontos a partir*”

Os casais enquadrados neste tipo de migração familiar são jovens com qualificações profissionais, sem filhos. Apresentam projectos migratórios centrados na melhoria das condições de vida e nalguma poupança no contexto de uma estadia de curto ou médio prazo. Depois da experiência de desemprego no contexto de uma economia destruturada (países da Europa de Leste no fim dos anos 90), a experiência migratória é importante para conseguir arranjar trabalho e enviar algum dinheiro para os membros mais velhos da família no país de origem; contudo, a ideia de regresso ou de imigração para outro país está muito presente, principalmente se tal projecto implicar mais e melhores oportunidades, não só económicas mas também profissionais.



Ludmila é ucraniana, tem 28 anos e vive em união de facto. Emigrou para Portugal em 2001, juntando-se ao seu companheiro que vivia no país desde 1999, depois de terminar os seus estudos e na esperança de encontrar melhores condições de vida. Ludmila tem formação média em engenharia química e um curso superior em economia. Em Portugal trabalhou primeiro como empregada de mesa num café, sem contrato. No momento da entrevista estava a trabalhar em Lisboa como dançarina de discoteca a recibos verdes e empregada doméstica a tempo parcial e com contrato. O seu companheiro tem formação superior em engenharia metalúrgica, mas em Portugal trabalhou inicialmente como pedreiro no Algarve. Como não lhe pagavam, veio para Lisboa e encontrou trabalho num matadouro. Actualmente conseguiu trabalho na sua área de formação e com contrato (mas não reconhecido na sua categoria profissional). Ludmila veio com visto de estudo e o companheiro com visto de turismo, mas ambos conseguiram legalizar-se através do mecanismo de regularização extraordinária (autorizações de permanência), ele em 2001 e ela em 2002. Vivem num apartamento partilhado com outra família. Embora satisfeitos por conseguirem até mandar algum dinheiro para os familiares na Ucrânia, Ludmila e o companheiro acham que poderiam ter mais oportunidades profissionais noutro país da UE. Estão a pensar na possibilidade de voltar a emigrar, tendo a Inglaterra como alvo preferencial. Como tal, vêem o seu tempo de estadia em Portugal como indeterminado.

Conclusões

A análise qualitativa dos percursos de vida das mulheres imigrantes em Portugal mostra que as trajectórias femininas de migração laboral se tornaram mais diversificadas. A trajectória em que o homem emigra primeiro e a mulher e os filhos alguns anos depois ainda existe, mas é acompanhada por uma nova pluralidade de trajectórias: umas em que a mulher emigra antes ou em conjunto com o marido/companheiro, sempre no âmbito de um projecto de migração familiar; outras em que a mulher emigra sozinha (ou com os filhos) e tem um projecto mais individual de migração.

O trabalho exploratório permitiu identificar sete perfis mais típicos de trajectória. São perfis que devem ser entendidos numa perspectiva dinâmica, pois existe sempre a possibilidade de que certos acontecimentos ou experiências de vida venham inflectir o sentido, subjectivo e objectivo, da trajectória. Por exemplo, uma mulher imigrante inserida numa trajectória de “poupança intensa, estadia curta” pode falhar o seu projecto de poupança, adiar o regresso e transformar gradualmente o projecto numa estadia de longo prazo. Trata-se, no caso da população estudada, de mulheres imigrantes que se encontram a meio ou até no início do percurso de vida, o que significa, no futuro, poder passar por outras e novas vivências tanto no plano da migração como no plano da vida pessoal e familiar. Do ponto de vista metodológico, podia ser preferível conseguir uma população de mulheres imigrantes cuja trajectória de migração estivesse, por assim dizer, “fechada”. No entanto, esta solução teria dificultado a identificação quer de situações migratórias novas, quer de trajectórias de mulheres imigrantes que regressam, mais ou menos rapidamente, ao país de origem.

A pesquisa também permitiu identificar alguns dos factores que contribuem actualmente para a diversificação das trajectórias femininas de migração. Um primeiro factor, já referido aqui e em pesquisas anteriores, tem a ver com um contexto económico global que facilita a emergência de fluxos transnacionais de mulheres para trabalhar em certos nichos de emprego (prestação de cuidados, serviços domésticos e de



limpeza, restauração). São empregos desvalorizados e geralmente mal pagos, associados a contextos demográficos e sociais específicos. Na Europa, trata-se de países ricos, demograficamente envelhecidos e com proporções elevadas de mulheres activas, em que o problema da conciliação entre o cuidar de pessoas dependentes (crianças, idosos) e vida profissional a tempo inteiro nem sempre se resolve facilmente. Na ausência de equipamentos ou de apoios informais adequados, mas também porque se pode preferir manter a pessoa dependente em casa (sobretudo o idoso), a solução da mulher imigrante que cuida a tempo inteiro (e faz algum trabalho doméstico) é uma solução de recurso importante, que evita a “desfamiliarização” total dos cuidados.

Um segundo grupo de factores prende-se com a mudança nos papéis de género ao longo das últimas décadas. Tanto no país de origem como no país de acolhimento, encontramos mulheres que, independentemente de serem solteiras, casadas ou divorciadas, estão a trabalhar e procuram melhores oportunidades de emprego e de qualificação. Nos contextos de partida das entrevistadas, verifica-se uma tendência para a mulher ser activa ao longo da vida e contribuir como provedora para a economia familiar. Em regiões de maior precariedade social e pobreza, no Brasil e em Cabo Verde, a mulher entra muitas vezes no mercado de trabalho ainda criança ou adolescente; na Ucrânia, pelo menos até aos anos noventa, a participação das mulheres no mercado de trabalho, com ou sem filhos, era fortemente incentivada. Em suma, são mulheres que se assumem, à partida, como trabalhadoras e provedoras e que, numa situação económica difícil, podem assumir um papel activo ou mesmo de protagonismo em relação ao projecto migratório.

Por outro lado, em Portugal, a taxa de actividade feminina passou, em 25 anos, de 44% (1981) para 68% (2006), sendo especialmente elevada nos grupos de idade dos 25-34 (87%) e dos 35-44 (85%) e já um pouco mais baixa no grupo de idade dos 45-64 (62%)^{iv}. Conciliar vida familiar e vida profissional, sobretudo nas famílias em que os adultos trabalham a tempo inteiro e existem pessoas dependentes, é difícil (Guerreiro e Carvalho, 2007; São José e Wall, 2006; Torres, 2004). Os equipamentos para crianças aumentaram muito, enquanto os equipamentos para idosos têm tido mais dificuldade em acompanhar o aumento rápido da população idosa e em fornecer cuidados de qualidade. O recurso aos equipamentos, sobretudo no caso da guarda das crianças, é por isso cada vez mais frequente (Wall, 2005); no caso dos idosos dependentes, pelo contrário, é sobretudo a complementaridade entre a família e os cuidados a domicílio que é mais frequente, exigindo que seja a família a gerir em casa um sistema complexo de cuidados formais e informais (pagos e não pagos). Neste contexto, a solução da empregada/cuidadora doméstica é minoritária e exige recursos económicos mais elevados. No entanto, é uma das soluções mais utilizadas nas famílias de classe média e alta^v.

Por último, para explicar a maior diversificação das trajectórias femininas de migração também é importante referir o impacto das mudanças da vida familiar. Trata-se, por um lado, do aumento do divórcio e das famílias monoparentais, situações que obrigam frequentemente a mulher a procurar mais recursos económicos ou a emigrar para conseguir assegurar a sobrevivência do agregado doméstico. Trata-se, por outro lado, da presença de novos modelos de vida conjugal, mais assentes na igualdade, na partilha de responsabilidades, no duplo emprego e no companheirismo familiar, afastando-se de um modelo de provedor masculino e de uma forte diferenciação de género no casal. É no contexto deste novo modelo familiar que a imigração conjugal conjunta, “a dois”, adquire mais sentido enquanto trajectória de migração do que a trajectória clássica de reagrupamento familiar.

A abordagem qualitativa dos percursos de vida das mulheres imigrantes em Portugal permitiu não só captar a diversidade das trajectórias e de alguns factores que a ela se associam, como trouxe para a análise um olhar em profundidade sobre as características da imigração feminina laboral em contexto transnacional.



Sabia-se à partida que as mulheres imigrantes vinham trabalhar para certos nichos desvalorizados do mercado de trabalho. Mas os percursos de vida descrevem também outras dimensões, já retratadas por outros trabalhos sobre mulheres imigrantes: os problemas de legalização, os problemas de discriminação, a difícil gestão do alojamento, do trabalho (horários longos e por turnos) e da guarda de crianças (Padilla, 2007; Sertório e Pereira, 2004; Wall e São José, 2004).

Conclui-se, assim, com uma reflexão antiga da sociologia do *life course*. As trajectórias dos indivíduos só podem ser compreendidas se tivermos em conta a interacção complexa entre tempo histórico, tempo social e económico, constrangimentos étnicos e culturais, e percurso de vida. A migração feminina, tal como a descrevemos neste trabalho exploratório, faz recordar os problemas de sempre dos imigrantes laborais através da história do capitalismo. Mas aponta, também, para tempos sociais, familiares e de percurso de vida que imprimem, hoje, uma especificidade nova às trajectórias femininas de migração.

Referências

- ANTHIAS, Floya & LAZARIDIS, Gabriella (2000), *Gender and migration in Southern Europe: women on the move*, Oxford, Berg.
- ELDER, Glen, JOHNSON, Monica e CROSNOE, Robert (2003), «The Emergence and Development of Life Course Theory», em J. T. Mortimer & M. J. Shanahan, *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 3-19.
- GUERREIRO, Maria das Dores & CARVALHO, Helena (2007), «O stress na relação trabalho-família: uma análise comparativa», em K. Wall e L. Amâncio (Eds.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 129-180.
- HOCHSCHILD, Arlie Russel (2000), «Global care chains and emotional surplus value», em W. Hutton & A. Giddens, *On the edge: Living with Global capitalism*. London: Jonathan Cape.
- KING, Russell (2000), «Southern Europe in the Changing Global Map of Migration», em R. King, G. Lazaridis & C. Tsardanidis (Eds.), *Eldorado or fortress? Migration in Southern Europe*, London, Macmillan Press, pp. 3-26.
- KOFMAN, Eleonore (1999), "Female 'birds of passage' a decade later: gender and immigration in the European Union", *International Migration Review*, nº 33, pp. 269-299.
- MAHLER, Sarah (1999), "Engendering Transnational Migration. *American Behavioral Scientist*, nº 42, pp. 690-719
- MOROKVASIC, Mirjina (1984), "Birds of passage are also women", *International Migration Review*, nº 18, pp. 886-907
- MOROKVASIC, Mirjina (1983), «Women in Migration: Beyond the Reductionist Outlook», em A. Phizacklea (Ed.), *One Way Ticket: Migration and Female Labour*, London, Routledge, pp. 13-32.
- PADILLA, Beatriz (2007), «A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise», em J. Malheiros (Ed.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIDI, pp. 113-134
- PARREÑAS, Rhacel, Salazar (2001), *Servants of Globalization: Women, migration, and domestic work*, Stanford, Stanford University Press.
- PARREÑAS, Rhacel, Salazar (2005), *Children of Global Migration: Transnational Families and Gendered Woes*. Stanford, Stanford University Press.



- PHIZACKLEA, Annie (1983), *One Way Ticket. Migration and Female Labour*, London, Routledge
- PHIZACKLEA, Annie (1983), «Transnationalism, gender and global workers», em M. Morokvasic-Muller, U. Erel & K. Shinozaki (Eds.), *Crossing borders and shifting boundaries: gender on the move* (Vol. I.), Opladen, Leske+Budrich, pp. 79-100
- SÃO JOSÉ, José e WALL, Karin (2006), “Trabalhar e cuidar de um idoso dependente”. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº VII, pp. 119-154.
- SERTÓRIO, Elsa & PEREIRA, Filipa (2004), *Mulheres migrantes*, Lisboa, Ela por ela.
- TORRES, Anália (2004), *Homens e Mulheres entre família e trabalho*. Lisboa, DEEP, Estudos nº 1.
- WALL, Karin (Org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WALL, Karin e SÃO JOSÉ, José (2004) “Managing Work and Care: A Difficult Challenge for Immigrant Families”, *Social Policy & Administration*, nº 38, pp. 591-621.
- WALL, Karin, NUNES, Cátia e MATIAS, Ana Raquel (2005), “Immigrant Women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies” (Working Paper), Lisboa, ICS-UL http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf.
- WENDEN, Catherine Withol de (2005), *Atlas des migrations dans le monde – réfugiés ou migrants volontaires*, Paris, Éditions Autrement, Collection Atlas /Monde.

ⁱ OECD (2005). *Migrant Women and the Labour Market: diversity and challenges*. Brussels: OECD and European Commission Seminar. Os dados referem-se a imigrantes laborais, de acordo com o *European Community Labour Force Survey*.

ⁱⁱ As entrevistas foram realizadas em 2005 e no início de 2006. As mulheres entrevistadas tinham entre 23 e 44 anos, chegaram a Portugal entre 1994 e 2004 e enquadram diferentes níveis de escolaridade e de profissões. Escolheram-se estas três nacionalidades por representarem, durante o período de realização do estudo, as nacionalidades com um número mais elevado de imigrantes em Portugal (ver Wall, Nunes e Matias, 2005).

Os resultados apresentados neste texto fazem parte de um projecto de investigação da Comissão Europeia sobre imigração feminina na Europa, levado a cabo em sete países Europeus (Dinamarca, Irlanda, Itália, Letónia, Polónia, Portugal e Suécia), com coordenação global da Fundação *Brodolini* em Itália (e de Rossana Trifiletti, Universidade de Florença) e com coordenação em Portugal de Karin Wall.

ⁱⁱⁱ Até à entrada em vigor da nova lei da imigração (Lei n.º 23/2007, 4 de Julho), o processo de reagrupamento familiar estava dependente do tipo de visto do requerente. O titular de uma autorização de residência (AR) solicitava o reagrupamento familiar (que dá acesso directo ao mercado de trabalho ao cônjuge em qualquer actividade profissional, ficando este dependente por dois anos do principal titular da AR), enquanto que os titulares de outros tipos de vistos (por exemplo, autorizações de permanência e vistos de trabalho) solicitavam a reunião familiar (em que o cônjuge ode trabalhar ao fim de seis meses de estadia no país mas apenas em profissões por conta de outrem e após aprovação de uma promessa de contrato de trabalho pela Inspeção Geral do Trabalho; neste caso, o familiar é considerado como dependente do principal titular do visto (Decreto-lei n.º 244/98, 8 de Agosto; Decreto-lei n.º 34/2003, 25 de Fevereiro; Decreto-lei n.º 6/2004, 26 de Abril).

^{iv} Mulheres entre os 15 e os 64 anos (INE, Censos 1960, 1970, 1981, 1991, 2001; Inquérito ao Emprego).

^v Nas famílias de casais com filhos apenas 7% do total têm empregada doméstica para ajudar nas tarefas domésticas. Esta percentagem sobe para 63% nas famílias de empresários e dirigentes (Wall, 2005).